



By @kakashi_copiador

Aula 05 - Profº
Alexandre Violato
*CNU - Passo Estratégico de Finanças
Públicas - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
**Alexandre Violato Peyerl,
Leonardo Gadelha, Celso Natale**

10 de Fevereiro de 2024

Sumário

Simulado	2
Gabarito	7
Correção Simulado	8



SIMULADO

1) Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, os ingressos de recursos que não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes são classificados como:

- a) Receita Extraorçamentária
- b) Receita Intraorçamentária
- c) Receita Orçamentária Efetiva
- d) Receita Orçamentária Não Efetiva
- e) Receita Patrimonial

2) Em sentido amplo, denominam-se receitas públicas os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado. Sabendo que os ingressos podem ser orçamentários ou extraorçamentários, assinale a alternativa correta.

- a) Tanto as receitas orçamentárias quanto as extraorçamentárias representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.
- b) Caso a receita de uma concessão de serviços não esteja prevista na Lei Orçamentária Anual, ela deverá ser classificada como receita extraorçamentária.
- c) Em que pese não estejam previstos na Lei Orçamentária Anual, os ingressos extraorçamentários necessitam de autorização legislativa para a sua devolução.
- d) Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, sendo o Estado mero agente depositário, de forma que essas receitas não são previstas na Lei Orçamentária Anual.
- e) Mesmo que sejam ingressos temporários, os ingressos extraorçamentários impactam a situação patrimonial líquida, provocando um aumento quando do ingresso e uma redução quando da devolução.

3) Determinado ente federativo realizou uma operação de crédito para antecipar a receita de impostos cujo fato gerador já havia ocorrido. Nesse caso, a receita deverá ser reconhecida como:

- a) Receita de impostos
- b) Receita de transferências correntes
- c) Receita de operações de crédito



- d) Receita de transferências de capital
- e) Ingresso extraorçamentário

4) Em relação à sua procedência, as receitas públicas decorrentes da soberania estatal são classificadas como:

- a) Receitas públicas originárias
- b) Receitas públicas derivadas
- c) Receitas públicas tributárias
- d) Receitas públicas impositivas
- e) Receitas públicas legais

5) Não faz parte da classificação por natureza da receita:

- a) Categoria Econômica
- b) Origem
- c) Espécie
- d) Desdobramento para identificação de peculiaridades
- e) Identificador de resultado primário

6) Assinale a alternativa que não diz respeito a uma origem de receita de capital.

- a) Operação de Crédito
- b) Receita Patrimonial
- c) Alienação de Bens
- d) Amortização de Empréstimos
- e) Transferências de Capital

7) Assinale a alternativa que não diz respeito a uma origem de receita corrente.

- a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- b) Contribuições
- c) Receita Industrial
- d) Alienação de Bens



e) Receita Patrimonial

8) Nos termos da Lei nº 4.320/64, a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades, classifica-se como:

- a) Tributo
- b) Imposto
- c) Contribuição de Melhoria
- d) Receita Corrente
- e) Preço Público

9) Assinale a alternativa que não corresponde a uma espécie de receita classificadas na origem receitas de contribuições.

- a) Contribuições Sociais
- b) Contribuições Econômicas
- c) Contribuições de Melhoria
- d) Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social
- e) Contribuições para Custo da Iluminação Pública

10) A espécie de tributo que tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria havida e a realização da obra pública, é o(a):

- a) Imposto
- b) Contribuição de Melhoria
- c) Taxa de Obra
- d) Contribuição Econômica
- e) Contribuição para obras públicas



11) Por meio de qual classificação é possível identificar se um ingresso de recursos corresponde ao Principal, à Multa ou à Dívida Ativa referente a uma receita?

- a) Tipo
- b) Espécie
- c) Desdobramento para identificação de peculiaridades
- d) Identificador de resultado primário
- e) Impacto na situação patrimonial

12) Assinale a alternativa que corresponde uma despesa orçamentária.

- a) Devolução de depósito caução.
- b) Recolhimento de encargo retido em folha de pagamento.
- c) Pagamento de encargos da dívida pública.
- d) Pagamento de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- e) Pagamento de restos a pagar.

13) A respeito da classificação da despesa por natureza, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade de aplicação é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto do gasto.
- b) O Grupo de Natureza da Despesa é uma informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.
- c) São grupos de Natureza da Despesa de capital: Investimentos, Amortização da Dívida e Juros e Encargos da Dívida.
- d) Classificam-se no Grupo de Natureza de Despesa Investimento tanto as despesas com a execução de obras como a compra de imóveis já em utilização.
- e) São grupos de Natureza da Despesa correntes: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.



14) Conforme a classificação por natureza da despesa, assinale a alternativa que corresponde a uma despesa classificada no Grupo de Natureza de Despesa outras despesas correntes.

- a) Subsídios de mandados eletivos.
- b) Aposentadorias.
- c) Pagamentos de horas extras.
- d) Diárias pagas a servidores.
- e) Encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

15) Conforme definição da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa que corresponde a uma despesa que deverá ser classificada pela entidade do setor público como Investimento.

- a) Aquisição de terreno para a ampliação de um hospital.
- b) Aquisição de um imóvel em que funciona um órgão público, pelo qual a entidade atualmente paga aluguel.
- c) Aquisição retroescavadeira que era utilizada por contratada para prestar serviços ao ente, após descontinuidade do Contrato.
- d) Aplicação de recursos no aumento do capital de Banco pertencente ao ente.
- e) Aquisição de participação em empresa distribuidora de energia elétrica, sem aumento de capital.

16) Assinale a alternativa incorrecta a respeito das classificações de despesas na Lei nº 4.320/64.

- a) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados classificam-se como Despesas de Custeio.
- b) As dotações destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como Investimento.
- c) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços classificam-se como Transferências Correntes.
- d) Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras.
- e) As dotações para amortização da dívida pública classificam-se como Transferências de Capital.



GABARITO



1. C
2. D
3. E
4. B
5. E
6. B
7. D
8. A
9. C
10. B
11. A
12. C
13. E
14. D
15. A
16. B



CORREÇÃO SIMULADO

1) Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, os ingressos de recursos que não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes são classificados como:

- a) Receita Extraorçamentária
- b) Receita Intraorçamentária
- c) Receita Orçamentária Efetiva
- d) Receita Orçamentária Não Efetiva
- e) Receita Patrimonial

Comentários:

Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, as receitas podem ser classificadas como efetivas ou não efetivas.

A Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela na qual os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

A Receita Orçamentária Efetiva é aquela na qual os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

2) Em sentido amplo, denominam-se receitas públicas os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado. Sabendo que os ingressos podem ser orçamentários ou extraorçamentários, assinale a alternativa correta.

- a) Tanto as receitas orçamentárias quanto as extraorçamentárias representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.
- b) Caso a receita de uma concessão de serviços não esteja prevista na Lei Orçamentária Anual, ela deverá ser classificada como receita extraorçamentária.
- c) Em que pese não estejam previstos na Lei Orçamentária Anual, os ingressos extraorçamentários necessitam de autorização legislativa para a sua devolução.
- d) Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, sendo o Estado mero agente depositário, de forma que essas receitas não são previstas na Lei Orçamentária Anual.



e) Mesmo que sejam ingressos temporários, os ingressos extraorçamentários impactam a situação patrimonial líquida, provocando um aumento quando do ingresso e uma redução quando da devolução.

Comentários:

A - Errada. Apenas as receitas orçamentárias constituem disponibilidades financeiras para o erário, sendo os ingressos extraorçamentários apenas entradas compensatórias.

B - Errada. A receita de concessão de serviços em sua essência é uma receita orçamentária. Portanto, mesmo que não esteja prevista na LOA, será reconhecida como receita orçamentária quando de sua arrecadação. Isso ocorre porque embora haja obrigatoriedade de a LOA registrar a previsão de arrecadação, a mera ausência formal dessa previsão não lhes retira o caráter de orçamentárias.

C - Errada. Os ingressos extraorçamentários não necessitam de autorização legislativa para a sua devolução.

D - Certa. Uma característica essencial dos ingressos extraorçamentários é que se trata de um recurso financeiro de caráter temporário, o qual não está previsto na LOA.

E - Errada. Os ingressos extraorçamentários não impactam a situação patrimonial líquida, pois enquanto há um aumento no ativo financeiro, há a constituição da obrigação de devolução no passivo financeiro.

Gabarito: D

3) Determinado ente federativo realizou uma operação de crédito para antecipar a receita de impostos cujo fato gerador já havia ocorrido. Nesse caso, a receita deverá ser reconhecida como:

- a) Receita de impostos
- b) Receita de transferências correntes
- c) Receita de operações de crédito
- d) Receita de transferências de capital
- e) Ingresso extraorçamentário

Comentários:

Trata-se de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, a qual é considerada um ingresso extraorçamentário, sendo a letra E o gabarito da questão.

Gabarito: E



4) Em relação à sua procedência, as receitas públicas decorrentes da soberania estatal são classificadas como:

- a) Receitas públicas originárias
- b) Receitas públicas derivadas
- c) Receitas públicas tributárias
- d) Receitas públicas impositivas
- e) Receitas públicas legais

Comentários:

Quanto à procedência, as receitas públicas são classificadas como receitas públicas originárias e derivadas:

- **Receitas Públicas Originárias** - arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública.
- **Receitas Públicas Derivadas** - obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

Portanto, a alternativa correta é a letra B.

Gabarito: B

5) Não faz parte da classificação por natureza da receita:

- a) Categoria Econômica
- b) Origem
- c) Espécie
- d) Desdobramento para identificação de peculiaridades
- e) Identificador de resultado primário

Comentários:

Conforme vimos no roteiro de revisão, a classificação da receita por natureza tem a seguinte estrutura:

A	B	C	D	E	F	G
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramento para identificação de peculiaridades			Tipo

Portanto, o gabarito é a letra E, tendo em vista que a identificação do resultado primário é outra classificação, não fazendo parte da estrutura da classificação por natureza.

Gabarito: E



6) Assinale a alternativa que não diz respeito a uma origem de receita de capital.

- a) Operação de Crédito
- b) Receita Patrimonial
- c) Alienação de Bens
- d) Amortização de Empréstimos
- e) Transferências de Capital

Comentários:

Retomando o quadro que trouxemos em nosso roteiro de revisão:

Origem da Receita	
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias
1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

A alternativa correta, portanto, é a letra B, pois a Receita Patrimonial é uma receita corrente que decorre da fruição do patrimônio público.

Gabarito: B

7) Assinale a alternativa que não diz respeito a uma origem de receita corrente.

- a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- b) Contribuições
- c) Receita Industrial
- d) Alienação de Bens
- e) Receita Patrimonial



Comentários:

Vejamos o quadro que trouxemos no roteiro de revisão:

Origem da Receita	
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias 1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes	2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias 1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

A alienação de bens é uma receita de capital, portanto, a alternativa correta é a letra D.

Gabarito: D

8) Nos termos da Lei nº 4.320/64, a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades, classifica-se como:

- a) Tributo
- b) Imposto
- c) Contribuição de Melhoria
- d) Receita Corrente
- e) Preço Público

Comentários:

O enunciado traz o conceito de Tributo na Lei nº 4.320/64, o qual é cobrado com alguma frequência:

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da



constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Gabarito: A

9) Assinale a alternativa que não corresponde a uma espécie de receita classificadas na origem receitas de contribuições.

- a) Contribuições Sociais
- b) Contribuições Econômicas
- c) Contribuições de Melhoria
- d) Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social
- e) Contribuições para Custeio da Iluminação Pública

Comentários:

Em geral, não é necessário decorar as espécies para acertar questões sobre elas. E aqui é um caso desses. Bastava saber que a Origem "1" é "Impostos, Taxas e **Contribuições de Melhoria**", com isso, já é possível chegar à alternativa C como gabarito da questão.

As demais alternativas trazem as quatro espécies da Origem Receitas de Contribuições:

Origem	Especie	Código
2. Receitas de Contribuições	1. Sociais	1.2.1.x.xx.x.x
	2. Econômicas	1.2.2.x.xx.x.x
	3. Para Entidades Privadas de Serviço Social	1.2.3.x.xx.x.x
	4. Para Custeio de Iluminação Pública	1.2.4.x.xx.x.x

Gabarito: C

10) A espécie de tributo que tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria havida e a realização da obra pública, é o(a):

- a) Imposto
- b) Contribuição de Melhoria
- c) Taxa de Obra



- d) Contribuição Econômica
- e) Contribuição pra obras públicas

Comentários:

O enunciado traz o conceito da Contribuição de Melhoria, que é uma espécie de tributo destinada à realização de obras públicas que promovam valorização de imóveis, sendo obrigatória a existência de nexo causal entre a obra e a valorização.

Inclusive, a Contribuição tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Gabarito: B

11) Por meio de qual classificação é possível identificar se um ingresso de recursos corresponde ao Principal, à Multa ou à Dívida Ativa referente a uma receita?

- a) Tipo
- b) Espécie
- c) Desdobramento para identificação de peculiaridades
- d) Identificador de resultado primário
- e) Impacto na situação patrimonial

Comentários:

As informações trazidas pelo enunciado podem ser obtidas por meio do identificador do tipo de arrecadação, o qual corresponde ao último dígito da classificação por natureza.

Atualmente, o MCASP traz os seguintes tipos:

Tipo	
0	Natureza de receita não valorizável ou agregadora
1	Arrecadação Principal da receita
2	Multas e Juros de Mora da respectiva receita
3	Dívida Ativa da respectiva receita
4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita
5	Multas da respectiva receita quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora
6	Juros de Mora da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a



	destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora
7	Multas da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa
8	Juros da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa
9	A ser especificado em momento futuro, mediante Portaria Conjunta, pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Gabarito: A**12) Assinale a alternativa que corresponde uma despesa orçamentária.**

- a) Devolução de depósito caução.
- b) Recolhimento de encargo retido em folha de pagamento.
- c) Pagamento de encargos da dívida pública.
- d) Pagamento de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- e) Pagamento de restos a pagar.

Comentários:

A única alternativa que corresponde a uma despesa orçamentária é a letra C, pois os encargos da dívida pública são despesas orçamentárias correntes. As demais alternativas trazem dispêndios de natureza extraorçamentária.

Gabarito: C**13) A respeito da classificação da despesa por natureza, assinale a alternativa correta.**

- a) A modalidade de aplicação é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto do gasto.
- b) O Grupo de Natureza da Despesa é uma informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.
- c) São grupos de Natureza da Despesa de capital: Investimentos, Amortização da Dívida e Juros e Encargos da Dívida.
- d) Classificam-se no Grupo de Natureza de Despesa Investimento tanto as despesas com a execução de obras como a compra de imóveis já em utilização.



e) São grupos de Natureza da Despesa correntes: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Comentários:

As alternativas A e B estão erradas porque invertem os conceitos. O Grupo de Natureza da Despesa que é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto do gasto.

A modalidade de aplicação é uma informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades.

A alternativa C está errada porque Juros e Encargos da Dívida são despesas correntes. Os Grupos de Natureza de Despesa de Capital são Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A letra D está errada porque a compra de imóveis já em utilização é classificada no grupo de natureza da despesa Inversões Financeiras.

Por fim, a letra E é o gabarito, pois traz corretamente os grupos de natureza da despesa compreendidos entre as despesas correntes.

Gabarito: E

14) Conforme a classificação por natureza da despesa, assinale a alternativa que corresponde a uma despesa classificada no Grupo de Natureza de Despesa outras despesas correntes.

- a) Subsídios de mandados eletivos.
- b) Aposentadorias.
- c) Pagamentos de horas extras.
- d) Diárias pagas a servidores.
- e) Encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

Comentários:

Dentre as alternativas, apenas as diárias são despesas classificadas no GND 3 - Outras Despesas Correntes. As despesas trazidas pelas demais alternativas devem ser classificadas no GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais.

Gabarito: D

15) Conforme definição da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa que corresponde a uma despesa que deverá ser classificada pela entidade do setor público como Investimento.

- a) Aquisição de terreno para a ampliação de um hospital.



- b) Aquisição de um imóvel em que funciona um órgão público, pelo qual a entidade atualmente paga aluguel.
- c) Aquisição retroescavadeira que era utilizada por contratada para prestar serviços ao ente, após descontinuidade do Contrato.
- d) Aplicação de recursos no aumento do capital de Banco pertencente ao ente.
- e) Aquisição de participação em empresa distribuidora de energia elétrica, sem aumento de capital.

Comentários:

Dentre as alternativas, apenas a letra A traz o exemplo de uma despesa classificada como investimento.

Art. 12. § 4º Classificam-se como **investimentos** as dotações para o planejamento e a execução de obras, **inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas**, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de emprêsas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

As demais trazem exemplos de inversões financeiras.

Art. 12. § 5º Classificam-se como **Inversões Financeiras** as dotações destinadas a:

- I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
- II - aquisição de títulos representativos do capital de emprêsas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- III - constituição ou aumento do capital de entidades ou emprêsas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Gabarito: A

16) Assinale a alternativa incorrecta a respeito das classificações de despesas na Lei nº 4.320/64.

- a) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados classificam-se como Despesas de Custeio.
- b) As dotações destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como Investimento.



- c) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços classificam-se como Transferências Correntes.
- d) Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras.
- e) As dotações para amortização da dívida pública classificam-se como Transferências de Capital.

Comentários:

Primeiramente, vejamos o §1º do artigo 12 da Lei nº 4.320/64.

Art. 12. § 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

A partir dele, já podemos concluir que a letra B é o gabarito da questão, pois as dotações destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são Despesas de Custeio, não Investimentos.

As demais replicam conceitos trazidos pelo artigo 12 da Lei nº 4.320/64:

§ 2º Classificam-se como **Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços**, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Art. 12. § 4º Classificam-se como **investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras**, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 6º São **Transferências de Capital** as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as **dotações para amortização da dívida pública**.

Gabarito: B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.